



SENADO FEDERAL

PARECER

Nº 10, DE 2014

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1.107, de 2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre o impacto fiscal relativo às desonerações previstas pelo PLS nº 167/2013, que reduz alíquotas de tributos incidentes em painéis fotovoltaicos e similares.

RELATOR: Senador **JORGE VIANA**

I – RELATÓRIO

O Requerimento nº 1.107, de 2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, apresentado com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), solicita seja encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda pedido de informações sobre o impacto fiscal esperado com a aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 167, de 2013, do Senador WILDER MORAIS. A justificativa apresentada invoca a necessidade de adequação do PLS ao art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

II – ANÁLISE

O Requerimento em análise encontra-se de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos de informações.

As informações a serem colhidas têm o intuito de esclarecer sobre assunto submetido à apreciação do Senado Federal conforme prevê a

parte inicial do inciso I do art. 216 do RISF. Além disso, o requerimento não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige.

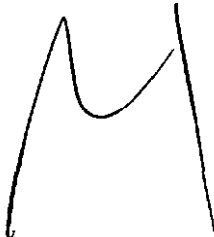
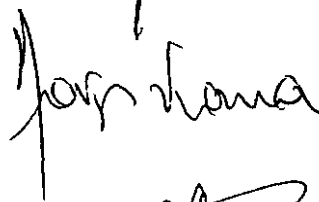
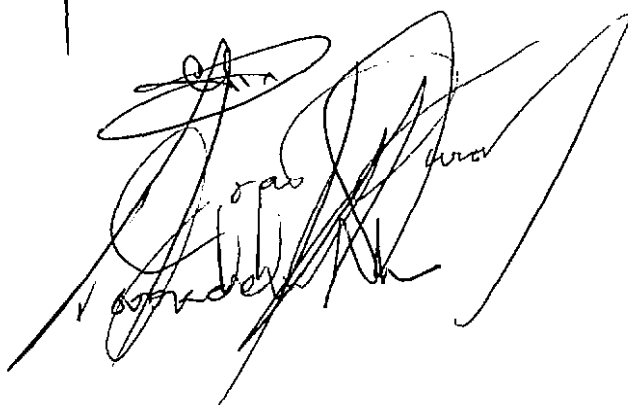
O Ministério da Fazenda é o órgão apropriado para apresentar as informações solicitadas.

Por essas razões, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.107, de 2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

III – VOTO

Diante de todo o exposto, manifestamo-nos pelo deferimento do Requerimento nº 1.107, de 2013.

Sala de Reuniões, 6 de fevereiro de 2014.

 , Presidente
 , Relator


Publicado no DSF, de 13/2/2014.

Secretaria de Editoração e Publicações - Brasília-DF

OS: 10275/2014